

O ataque do Executivo às universidades estaduais se aprofunda

*É hora de reagirmos energicamente em defesa da autonomia, dos salários e do financiamento da USP, Unesp, Unicamp e do Centro Paula Souza!
Serra estrangula verbas e esconde os números da arrecadação*

Enquanto o Secretário de Estado do Ensino Superior visita conselhos universitários tentando convencer as administrações das universidades que tudo vai bem, o Executivo do qual faz parte aprofunda o ataque à autonomia da USP, Unesp e Unicamp, seja emitindo novos decretos, seja pelo estrangulamento dos repasses de recursos através da Secretaria da Fazenda.

Sem transparência

A planilha Cruesp correspondente ao primeiro trimestre mostra que:

- nos meses de janeiro e fevereiro/07 foram contingenciados 15% dos recursos de custeio e 100% dos recursos de capital; além disso, neste período não foram repassados, como de costume, as diferenças de arrecadação dos fechamentos de dezembro/06 e janeiro/07, nem as parcelas correspondentes à Lei Kandir.

- Só em março/07 foram repassadas as diferenças de arrecadação de dezembro/06 e de novembro/06, diferenças provisórias relativas a janeiro/07 e fevereiro/07 e a parcela da Lei Kandir de Dezembro/06!

- Fica absolutamente clara a intenção de estrangular os recursos das universidades que, como temos insistido há tempos, já não são mais suficientes para financiar com qualidade nem a expansão recentemente realizada (cerca de 30%), nem a capacidade já instalada das universidades estaduais. Além disso,

- a destinação de recursos para as universidades na Lei Orçamentária não corresponde aos 9,57% do ICMS (quota parte do Estado) mais a parcela da Lei Kandir;

- o montante destinado à Habitação, que em 2007 corresponde a R\$ 569,4 milhões, continua sendo descontado, em duodécimos, antes do cálculo

dos 9,57% devidos (aparentemente, só neste caso o Secretário Pinotti tem razão quando diz que nada mudou!).

- A Secretaria da Fazenda parou de divulgar os dados da arrecadação de impostos e taxas. Por incrível que pareça, no quesito “transparência” o atual governo é pior do que a gestão Alekmin. Anteriormente, no quarto dia útil de cada mês, o sítio da Secretaria da Fazenda na Internet declarava os valores da arrecadação de todos os impostos e taxas do mês anterior. Uma consulta ao sítio da Fazenda hoje mostrará que o último valor disponível é o de novembro/06.

Decretos

O quadro “Mapa da destruição” contém, além dos decretos que já haviam sido editados, os novos ataques à autonomia e ao financiamento das universidades estaduais. O decreto 51.636, de

9/3/07, não só obriga as universidades a ingressarem no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafem), como também viola acordo feito na Assembléia Legislativa com o próprio Executivo ao determinar a volta, via decreto, do Artigo 28 da LDO/2007: caso o Ipesp devido pelas universidades não seja pago, será descontado na fonte, no momento do repasse mensal.

Ora, todo mundo sabe que muito embora toda a contribuição previdenciária vá para o Tesouro do Estado, o pagamento dos aposentados está incluído nos 9,57% destinados às universidades. Como no caso da Habitação, há uma mistura indevida de contas, todas de responsabilidade do Estado.

Que fique claro que consideramos Previdência, Habitação, Educação, Saúde, entre outras, como contas importantes, associadas a direitos sociais fundamentais.

Por outro lado, não é lícito tirar de uma para financiar outra. No nosso caso, levando em conta a Previdência, o desconto da Habitação e o investimento na manutenção dos Hospitais Universitários, que devem ser providos a partir dos atuais 9,57%, fica clara a insuficiência aguda do atual montante de recursos destinados às universidades estaduais. Nos últimos 15 anos, jamais o executivo comandado pelo PSDB concordou em

LEIA TAMBÉM:

Propostas de luta do Fórum das Seis (p. 3)
Propostas para a Campanha Salarial (p. 3)
Quais são nossas perdas salariais (p. 2)

continua na p. 2 ►►►

Assembléia Geral da Adusp

Quarta-feira, 28/3, às 17 horas no Anfiteatro da Geografia

Pauta: Proposta de Pauta Unificada do Fórum das Seis

Proposta de Paralisação no dia 17/4

Participe da sua Assembléia Setorial e da Assembléia Geral da Adusp.

Só juntos poderemos defender as universidades estaduais da intervenção do governo!

Qual é, de fato, a nossa perda salarial?

Ao reivindicarmos recomposição salarial em geral utilizamos a comparação entre poderes aquisitivos de ponta. Por exemplo, estimamos que o ICV-Dieese entre abril/01 e abril/07, descontados os reajustes obtidos neste período, será de 6,91% e utilizamos este parâmetro para medir a perda de poder aquisitivo de maio/01 a maio/07. É inevitável utilizar estimativas, pois os índices de março e abril ainda não estão divulgados (nem poderiam). Quando o índice mensal de inflação é pequeno, o erro cometido nesta estimativa também será pequeno. Além disso, em um processo contínuo, esses eventuais erros (para cima ou para baixo) serão compensados no futuro. Este tem sido o modo como temos reivindicado recomposição salarial; aliás é o modo como todas as categorias têm feito recentemente.

Mas será que esse procedimento realmente recupera perdas passadas? Certamente recuperará o poder aquisitivo

de um certo padrão que consideramos adequado (no nosso caso, maio/01); por outro lado, se o índice de inflação é essencialmente positivo, como é o caso no Brasil, este número certamente não é a perda salarial real em um certo período. Esta perda é, na realidade, a soma de tudo que deixamos de receber em relação ao padrão estipulado, utilizando um certo índice de inflação. Assim, se colocarmos o salário de maio/2001 como padrão, digamos 100, somamos o que falta para 100, a cada mês (sempre falta!), utilizando o ICV-Dieese. Como exemplo do que devemos calcular, tomemos o período maio/01 a abril/02. A tabela ao lado indica a evolução do valor real do salário de um MS3 neste período, estimado pelo ICV-Dieese.

A perda real neste período é a soma dos valores da 3ª coluna da Tabela 1, isto é, 64/100 do salário de maio/01. Como a inflação no período de abril/01 a abril/02 foi de 8,7 %, a preços de abril/02 trabalhamos

$64/100 \times 1,087 = 70/100$ de um mês de graça, ou seja: trabalhamos cerca de 21 dias de graça. Se fizermos cálculo análogo para o período maio/01 a abril/07 descobrimos que, pelo ICV-Dieese, mesmo levando em conta os reajustes salariais obtidos desde então, que não são nada desprezíveis, a soma das perdas é de 447, isto é, $447/100 = 4,47$ salários de maio/01. Como a inflação no período foi de 51,15%, a preços de hoje trabalhamos

$4,47 \times 1,5115 = 6,75$ meses de graça, ou seja, 6 meses e 23 dias de graça! Esta é a noção precisa de perda salarial, muito importante no momento de discutir reajustes e política salarial. Está claro que quanto mais frequentes os reajustes, menor será esta perda. Além disso, este processo contínuo de diminuição de poder aquisitivo fornece financiamento gratuito da máquina do Estado, das universidades e da economia em geral,

Tabela 1

Mês	Valor real (A)	Perda/mês
100 = valor real		
Maio/01	100	0
Junho/01	99	1
Julho/01	97	3
Agosto/01	96	4
Setembro/01	95	5
Outubro/01	94	6
Novembro/01	93	7
Dezembro/01	93	7
Janeiro/02	93	7
Fevereiro/02	92	8
Março/02	92	8
Abril/02	92	8
Perda no período =		64

pois exatamente o mesmo fenômeno acontece com cada trabalhador. Seria penosamente instrutivo fazermos a mesma conta com a evolução salarial do pessoal do Centro Paula Souza, da Saúde ou para os professores e funcionários da rede pública de Ensino Fundamental e Médio.

▶▶▶ continuação da matéria de capa

discutir seriamente estas importantes questões. O “golpe” do Ipesp só vai agravar ainda mais esta situação, podendo inviabilizar o funcionamento de algumas, senão todas as universidades estaduais.

Os golpes finais contra a autonomia de gestão financeira e patrimonial das universidades — claramente definida pela Constituição Federal — estão sendo armados em duas frentes:

- Permanência das verbas de custeio e investimento dessas instituições no Tesouro do Estado, para ser empenhadas através do Siafem e de pedido aos Secretários da Fazenda e Planejamento, como prevê o decreto 51.636. Não se trata apenas do inferno que será repor até mesmo uma cadeira quebrada; mas a interferência direta e indevida do Estado nas universidades;

- Em 14/3/07, o Executivo emitiu o decreto 51.660 (veja resumo no quadro), em que cria a Comissão de Política Salarial (CPS) constituída pe-

los Secretários da Fazenda, da Economia e Planejamento, de Gestão Pública, do Emprego e o Procurador Geral do Estado. Ao contrário do que propala o secretário Aristodemo Pinotti, a letra deste decreto impõe que todas as negociações salariais da Administração Direta, das Autarquias e Fundações do Estado e das Companhias Públicas controladas pelo Estado devem passar pela aprovação da CPS e estar adequadas às suas prescrições.

Está claro que se não reagirmos energeticamente a estas providências, a autonomia das universidades estaduais — conquistada em dura luta — será destruída, com todas as conseqüências malélicas que acompanham a interferência direta de governos no trabalho acadêmico. É nossa responsabilidade social garantir que a arrogância, a fúria centralizadora e a disposição à heteronomia que caracterizam o início do atual governo do Estado de São Paulo sejam revertidas.

Mapa da destruição (os decretos do governador José Serra)

Decretos	Objetivos formais	Algumas conseqüências
51.460 (1º/1/07)	Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas e dá providências correlatas.	Fragmenta ainda mais a área educacional: a educação básica fica na Secretaria da Educação; o Centro Paula Souza na Secretaria de Desenvolvimento, desmembrado da Unesp; e as universidades estaduais na Secretaria de Ensino Superior (recém criada). A FAPESP fica na Secretaria de Desenvolvimento.
51.461 (1º/1/07)	Organiza a Secretaria de Ensino Superior e dá providências correlatas.	Ataca a autonomia universitária; desconhece a pesquisa básica, privilegiando a “operacional”; ignora o tripé que caracteriza as universidades — Ensino/Pesquisa/Extensão; sequer prevê o financiamento das universidades e nem sua articulação com a educação básica.
51.471 (02/1/07)	Dispõe sobre a admissão e a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta e dá providências correlatas.	Veda, por tempo indeterminado, a admissão ou contratação de pessoal no âmbito do Estado, atividades agora ainda mais centralizadas no Executivo, via Secretaria de Gestão Pública.
51.636 (09/3/07)	Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2007 e dá providências correlatas.	Obriga as universidades a ingressarem no Siafem/SP e autoriza a Secretaria da Fazenda a deduzir — das liberações financeiras do Tesouro do Estado — valores equivalentes às contribuições previdenciárias “patronais” não recolhidas pelas universidades (art. 12). <i>Observação: este segundo item contraria acordo entre Executivo e Legislativo durante as discussões da LDO-2006 e da LDO-2007.</i>
51.660 (14/3/07)	Institui a Comissão de Política Salarial (CPS) e dá providências correlatas.	Composição da CPS: Secretários da Fazenda, de Economia e Planejamento, de Gestão Pública, do Emprego e Relações do Trabalho e Procurador Geral do Estado. A CPS estabelece as diretrizes de política salarial e a Secretaria de Gestão Pública conduz as negociações salariais junto às entidades representativas dos servidores integrantes da Administração Direta e das Autarquias. Todas as reivindicações, instituições ou revisões de vantagens e benefícios serão analisadas previamente pela Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública.

As propostas de luta do Fórum das Seis

Tendo em vista a conjuntura esboçada acima, o Fórum das Seis entende que a luta a ser travada neste ano vai ser ainda mais complexa do que as de anos anteriores, dada a truculência do governo José Serra. Há consenso de que todos nós, docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes precisaremos atuar em uníssono se quisermos garantir a consecução das nossas propostas.

Para tanto, o Fórum das Seis definiu três eixos de luta, para discussão pelas entidades até 30/3. Baseado nas deliberações das assembleias das entidades, o Fórum das Seis, na sua próxima reunião (10/4), elaborará a pauta unificada de reivindicações a ser protocolada no Cruesp em 17/4. Eis os três eixos de luta:

1 Defesa da construção de um Sistema de Educação Pública Paulista e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza (Ceeteps), conforme artigo 207 da CF/1988:

1a) manutenção da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão;

1b) não fragmentação dos diversos níveis de ensino; e

1c) revogação dos decretos do governo José Serra.

2 Aumento do investimento do Estado na Educação pública em geral (33% da receita total de impostos), incluindo 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Ceeteps:

2a) dotação orçamentária específica, incluída no percentual destinado às universidades e ao Ceeteps, para a

consolidação da expansão de vagas já realizada;

2b) dotação orçamentária específica para garantir políticas de permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Ceeteps;

2c) contratação por concurso público de docentes e funcionários técnico-administrativos, objetivando a elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

2d) manutenção de isonomia salarial e paridade entre aposentados e pessoal da ativa;

2e) adoção de políticas efetivas para combater a sonegação, a corrupção e a evasão fiscais.

3 Criação de melhores condições de salário, de trabalho acadêmico e de inserção social para as universidades estaduais e o Ceeteps:

3a) definição do índice de reajuste salarial (leia quadro ao lado contendo a descrição das propostas que estão sendo enviadas para discussão nas assembleias de base);

3b) revogação de políticas que terceirizam e precarizam o trabalho;

3c) democratização da estrutura de poder nas universidades estaduais e no Ceeteps;

3d) preservação da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; e

3e) manutenção e aprofundamento do vínculo do Ceeteps à Unesp, conforme a Resolução Unesp 63/95.

Calendário de atividades:

19 a 30/3 – rodada de Assembleias Gerais das Entidades

10/4 – reunião do Fórum das Seis para fechar a pauta

17/4 – dia de paralisação para protocolar a pauta unificada

Datas a definir – debates sobre os Hospitais Universitários

As propostas do Fórum das Seis para Campanha Salarial

Em relação à recuperação dos nossos salários, o Fórum das Seis envia para debate nas Assembleias de cada categoria duas propostas:

Proposta 1: Recuperar o poder aquisitivo do salário de maio/2001 pelo ICV-Dieese; o reajuste necessário é estimado, no momento, em 6,91%, aí já incluídos os 3,38% do período abril/2006 a abril/2007.

Proposta 2: Reajuste de 3,38% (para voltar ao poder aquisitivo de maio/2006) mais a incorporação de parcela fixa ao salário, de acordo com as seguintes diretrizes:

a) Para os docentes, conforme a tabela a seguir:

Regime de trabalho	Parcela fixa (em Reais)
RTP	200/5,7691 = 34,67
RTC	200/2,2727 = 88,00
RDIDP	200

b) Para os funcionários, R\$ 200 para as jornadas integrais; para as outras jornadas a parcela fixa será proporcional à razão entre a jornada em questão e a jornada integral. Por exemplo, a parcela fixa para um funcionário técnico-administrativo que trabalha 30 horas por semana será de $30/40 \times R\$ 200 = R\$ 150$.

Observação: a origem dos números da parcela fixa dos docentes na tabela é a razão salarial entre os regimes de trabalho (determinada por resolução do Cruesp).

	Razão salarial
RDIDP/RTP	5,7691
RDIDP/RTC	2,2727

Se esta razão não for respeitada, os reajustes para RTP e RTC serão maiores do que os reivindicados para o pessoal em RDIDP, o que não é razoável. O mesmo tipo de consideração impõe que, no

caso dos funcionários técnico-administrativos, a parcela fixa seja proporcional à jornada de trabalho.

A tabela abaixo mostra os reajustes dos docentes de acordo com a Proposta 2. Note que são decrescentes conforme avançamos na carreira, mas idênticos dentro de um mesmo nível da carreira. Além disso, o menor reajuste proposto é consideravelmente maior do que os 3,38% que estimamos sejam necessários para voltar ao poder aquisitivo de maio/06 pelo ICV-Dieese.

Reajustes dos docentes de acordo com a Proposta 2

Categoria Docente	Reajuste
MS1	10,69 %
MS2	8,32 %
MS3	6,91 %
MS4/MS5	6,34 %
MS6	5,82 %

Tempos Modernos: a intervenção à moda do Serra

Sou antiga mesmo. Ainda do tempo em que o hoje governador Serra era um simples docente do Instituto de Economia da Unicamp, recém-chegado de exílio no Chile. Sou do tempo em que Serra, diante de assembléias da Adunicamp (naquela época concorridíssimas), mostrava por *a mais bê*, num quadro negro cheio de números e contas, que o então governador Paulo Maluf (ele mesmo, o da intervenção de novembro de 1981) tinha dinheiro, sim, para nos dar o aumento de salário que pleiteávamos. Sou do tempo em que o mesmo Serra lutava, com os colegas docentes, contra a intervenção malufista nas universidades públicas paulistas. Para quem não viveu esse momento, é bom saber que Maluf destituiu diretores de unidades e nomeou interventores em seu lugar. Antes ele havia substituído os representantes do governo no Conselho Diretor (ainda não havia o Conselho Universitário-Consu) por paus-mandados seus.

Sou do tempo em que Pinotti virou reitor da Unicamp, apesar de ser o 11º em lista montada a partir de consulta feita à comunidade. Na época, apesar de grávida, passei a tarde da sexta-feira pré-Carnaval no pátio diante da Reitoria. Junto a algumas dezenas de docentes e funcionários, tentávamos sensibilizar o conselho a respeitar o desejo da comunidade de ter Paulo Freire como reitor. Não funcionou. Em jogo de cartas marcadas não se mexe. O governador Maluf escolheu o seu favorito alçado a primeiro da lista pelo Conselho Diretor.

O governador eleito que o sucedeu, Franco Montoro, teve a assessoria de Serra para provar por *bê mais a* que o dinheiro que antes dava o aumento já não dava mais... O que mostra que, dependendo do lado pelo qual se olha, vê-se o que se quer ver... e que

os mesmos números servem a quaisquer propósitos.

Sou do tempo em que nas manifestações por aumento salarial, em São Paulo, se corria dos cavalos do Quercia, sucessor de Montoro no governo estadual... Sou do tempo do SOS Unicamp, que acabou por derrotar a intransigência quercista de repassar às universidades o gatilho salarial imprescindível diante da inflação galopante e de manter as universidades à mingua. O amplo movimento de intelectuais conquistou a sociedade para a causa da Universidade Pública, gratuita, laica, de qualidade, e em que a pesquisa, o ensino e a extensão eram um tripé indissociável.

Foi a época da conquista da “autonomia”. Qual “autonomia”? As opiniões são variadas... Naqueles tempos a Fapesp financiava pesquisas e não empresas. Aliás, sou de uma época em que a Fapesp só financiava pesquisadores do próprio Estado de São Paulo. Ainda não financiava a fabricação de máquinas de passar

roupa de tanta utilidade para os pobres deste país a um módico custo de 3.500 reais...

Iceberg serrista

Pois é, o mundo dá suas voltas, personagens antes opostas se unem, e agora Serra, governador eleito, nomeia Pinotti como Secretário do Ensino Superior de uma secretaria que antes era de Turismo. (Se acham que é brincadeira, vejam o artigo 1º do decreto 51.460). As universidades estaduais passam a ser entidades vinculadas a esta antiga Secretaria de Turismo agora renomeada (artigo 4º do decreto 51.460 e também o parágrafo único do artigo 3º do decreto 51.461). O Cruesp passa a integrar a mesma secretaria (item V do decreto 51.460 e artigos 3º e Seção I do capítulo VIII do decreto 51.461). O secretário de Ensino Superior é presidente do Cruesp, mas logo não é mais, já que outro decreto volta a colocar um reitor neste posto.

Quanto à Fapesp, que antes, como as universidades

públicas paulistas era ligada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (renomeada pelo Decreto 51.460, artigo 1º, como **Secretaria de Desenvolvimento**), continua agora ligada ao **Desenvolvimento**, como uma das entidades a ela vinculadas, em companhia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), vejam o item XII do artigo 7º do decreto 51.460.

Como ficarão as pesquisas nas universidades que são agora entidades da Secretaria de Ensino Superior? O Ensino Superior não terá mais pesquisas porque nada tem que ver com desenvolvimento? (Artigo 2º do decreto 51.461.) Em resumo: Ensino é Turismo; Ciência é Desenvolvimento. O tripé ensino, pesquisa, extensão foi passear no bosque... Seu lobo já veio e fez uma intervenção muito mais hábil,

sutil e nociva do que aquela agora “ingênua” intervenção malufista da década de 80!

E o que está aqui é só uma pontinha já detectada do iceberg serrista. No emaranhado de decretos, publicados no dia 1º de janeiro de 2007 em edição especial do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, que demorou para aparecer, muitas outras surpresas se escondem. Nesse meio tempo o ex-professor do Instituto de Economia da Unicamp já seguiu verbas da universidade (muito pouco, disse Pinotti). Proibiu concursos e contratações. Que mais? Sou antiga mesmo! Do tempo em que as intervenções na universidade eram feitas por “gente de fora”. Não gestadas por ex e atuais docentes, diretores, reitores... Quantos e quais docentes das três universidades públicas paulistas auxiliaram na feitura destes decretos ou auxiliarão na sua execução? Alguns nomes são conhecidos...

Maria Laura T. Mayrink-Sabinson é docente da Unicamp

Pinotti visita CO, admite erros e ouve críticas

Convidado pela reitora Suely Vilela, o secretário José Aristodemio Pinotti compareceu no dia 15/3 a uma reunião extraordinária do CO da USP.

O secretário voltou a apresentar a versão de que a criação da Secretaria de Ensino Superior seria um gesto de atenção às universidades. Declarou que os atritos ocorridos nesse início de ano foram frutos de “mal-entendidos” e da “falta de tato” do governo, e admitiu que o governo errou ao tentar impor um secretário de Estado como presidente do Cruesp e ao contingenciar verbas das universidades.

Pinotti afirmou ainda que atuará junto às universidades

na formulação de uma lei de autonomia universitária.

A professora Zilda Iokoi, representante dos professores associados, pediu a palavra no CO contestando as afirmações de Pinotti de que o governo buscaria um diálogo com as universidades: “Falei a ele que não se pode dizer que há diálogo quando se faz um decreto, um decreto é um imperativo categórico”.

“Impressionante”

O professor Benedito Honório Machado, representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, considera que o maior esclarecimento prestado pelo secretário foi o de que a Se-

cretaria de Ensino Superior “não tem projeto algum” para o ensino superior. “Afirmar na ocasião que isso me preocupava muito, porque o governador Serra, depois de 12 anos de gestão do seu partido no governo do Estado e oito no governo federal, não ter um projeto para a educação superior é impressionante”.

Para Machado, “as universidades públicas, devido à autonomia, conseguiram manter a qualidade e melhorar os indicadores acadêmicos. Se estivéssemos submetidos à gestão do governo do Estado nesses últimos 12 anos, estaríamos em um caos absoluto. Essa é uma razão objetiva para defender a autonomia universitária”.

João Alex Carneiro, representante discente de graduação, também avalia que o secretário “não apresentou nenhum projeto objetivo para a Secretaria” e que “foi bastante evasivo”.

Na opinião de Claudionor Brandão, representante dos funcionários no CO, “as intervenções dos diretores de unidade foram muito ruins, era uma queixa seguida de meia dúzia de elogios. Há vinte anos, antes da autonomia, o governo investia o equivalente a 11,6% do ICMS nas universidades, hoje recebemos 9,57%, mais de 2% a menos, então como é possível falar em valorização da universidade?”, questiona.